

**ATA Nº 12/2019 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS**

**HUMANOS.** Aos três dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às quinze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos, localizada na rua 1822, nº 1510, Balneário Camboriú, os(as) seguintes **conselheiros(as)**: Ana Carolina Lemos Cavalheiro (Suplente/Sec. de Educação); Carlos Eduardo Caetano (Suplente/Procuradoria Geral); Maristela Rocha (Titular/Sec. da Pessoa Idosa); Talita da Silva (Titular/OAB); Otávio José Zini Vieira (Titular/Amigos e Tribos); Thomas Herman Sant'Ana Maciel (Titular/Coopermar); Marisa Zanoni Fernandes (Titular/ACESA), Daniel Pereira dos Santos (Titular/SEMEAR); Claudemir Gonçalves (Titular/CRP 12) e Eliz Marine Wiggers (Suplente/CRP 12). **Justificou** sua ausência: Giovan Nardelli (Titular/ACAD). Contando com a participação de **outros representantes**: Patricia da Costa Oliveira (SDIS); Ismael da Silva (SDIS); José Luiz Correia (SDIS) e Antonio Ivo Dal'Piva (Casa dos Conselhos). Presidente Otávio dá início à reunião com a seguinte **pauta**: Projeto "não dê esmola" e solicita que os convidados se apresentem e informa que foi decidido na reunião passada expedir um ofício com as principais dúvidas dos conselheiros sobre os dois projetos que foram mandados sendo assim chamado um ou mais representantes da Secretaria de Inclusão Social, CREAS, CRAS e convidado representante do Ministério Público para responder algumas dúvidas dos conselheiros. Sr. Ismael, Coordenador da Casa de Passagem do Migrante; José Luiz, também Coordenador da Casa de Passagem do Migrante; Patrícia, Gestora do SUAS, junto com Christina, da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social. Presidente Otávio informa que foi encaminhado ofício para o CRAS, para o CREAS e para as duas Promotorias. Logo, o Presidente Otávio se apresenta e informa que participa também em outros conselhos. Na sequência todos se apresentam ao grupo. Representante da Gestão do SUAS explica que já se fizeram presentes aqui, em outra reunião ordinária do conselho de Direitos Humanos, e que a mesma fez apresentação do Plano de Reordenamento do Serviço da Pessoa em Situação de Rua. Que foram feitos alguns questionamentos no dia e conversaram e apresentaram a proposta, e pontuaram que esse plano havia sido apresentado para o Conselho Municipal de Assistência Social. Ela informa que isso foi em março, na reunião ordinária, porque em dezembro, o Conselho Municipal de Assistência, fez uma série de questionamentos os quais foram respondidos, e também ao MP, pois havia um Procedimento Administrativo que foi arquivado e posterior Secretaria do Estado de Assistência Social que fez também alguns questionamentos e a Gestão do SUAS pontuou, e definiram e enviaram ao CMAS enquanto resposta, apresentando ao conselho em reunião ordinária, o Plano de Reordenamento do Serviço da Pessoa em Situação de Rua, que foi estabelecido em dezembro, para dar continuidade no decorrer do ano. Representante fala que no dia que veio naquela reunião ficou realmente de enviar a cópia e não enviou mesmo, pelo qual pede desculpas pelo esquecimento, mas logo o CMDH solicitou via ofício, com o qual a Gestão enviou o Plano que diz respeito ao início do ano e explica que pode ser que apresente dúvidas por se tratar de um plano de trabalho que passou por reavaliações, principalmente em termos da formação e esclarece que os dados são do início do ano e que não é o plano atual e sim um plano do início do desenvolvimento do projeto. Considera importante antes do esclarecimento das dúvidas dos conselheiros, informar que o Plano de Assistência Social foi instituído em 2016, tendo vigência de quatro anos. Outrossim informa que, dentro das colocações do Plano está a implantação do CREAS POP, quanto orientação da política municipal de assistência social. Fala que se iniciou uma discussão, e que era intencional a implantação desse centro, por volta de novembro, só que não foi possível diante da rejeição do espaço que a Gestão havia escolhido, rejeição social, da própria comunidade, Câmara de Vereadores, do próprio Prefeito, que fizeram muitas colocações para a Gestão, então como alternativa criaram esse plano e reordenaram o início desse plano visando atender a política de assistência e por esse motivo não conseguiram implantar o CREAS POP no município. Presidente Otávio fala que houve outra apresentação no Hotel Mercure, na qual, a Secretária falou que o Plano foi feito, na sua formulação, em parceria com o Conselho Municipal de Assistência Social, o que é uma mentira, pois enquanto a sua

6

12

1

formação não existe nenhum registro em ata e informa que solicitou formalmente, via ofício, ao Presidente do CMAS, o qual informou, em comunicação pessoal, ainda sem resposta ao ofício, que o Plano não passou pelo CMAS antes do lançamento. Acrescenta que no dia do lançamento o conselho não recebeu convite e recebeu a notícia por terceiros, e nesse evento a própria Secretária prometeu a Otávio, enquanto Presidente do CMDH, o envio do projeto, o qual não foi feito, e que pode ter sido esquecido por não haver um pedido oficial. Otávio fala que logo encaminhou um ofício, solicitando formalmente o projeto, o qual foi respondido com a vinda da representante da Gestão do SUAS aqui presente, mas que deveria ter trazido o projeto e não trouxe e que, prometeu o projeto, o qual não veio. Posteriormente, Otávio encaminhou um novo ofício, que foi plenamente ignorado, pois não foi respondido, então Presidente Otávio entrou em contato pessoalmente com a Secretária de Inclusão Social, pedindo novamente o projeto, e ela prometeu que em mais uma semana iria encaminhar ao conselho, mas não enviou. Mas só encaminharam quando Otávio encaminhou o terceiro ofício e já com cópia para o Ministério Público. Logo Otávio fala que no dia da apresentação, foram apresentados diversos dados resultantes de uma pesquisa referente aos motivos que induziam uma pessoa a estar em situação de rua, que justificavam o porquê do projeto e quando ele fez alguns questionamentos lhe foi dito que constavam no projeto, mas não recebeu o mesmo. Relata Otávio que depois, quando enviada a solicitação com cópia para o Ministério Público, vieram dois projetos, um deles trazido pelo Sr. Tiago, e outro que foi enviado pela Secretaria de Inclusão Social. Presidente Otávio apresenta o Ofício Nº 533/2019, com o qual foi enviado ao conselho o Plano de Trabalho para Reordenamento e que se nenhum desses dois é o projeto, ainda não foi cumprida a solicitação do Presidente, pois ele pediu "o projeto original". No que diz respeito ao Projeto de Plano de Reordenamento do Atendimento à Pessoa em Situação de Rua constam dados totalmente soltos, tendo duas tabelas de recursos humanos sem dizer no que elas trabalham; tem alguns dados de perfil, sem fonte, e no final tem dois parágrafos completamente iguais, nas considerações gerais. Otávio fala que quando receberam, o Sr. Tiago Pacheco veio para explicar, e esclareceu que o que ele estava apresentando era um relatório das atividades efetuadas pelo projeto e como tinham acabado de receber o outro projeto, ninguém tinha feito a leitura ainda desse outro, com o qual foi difícil contrapor as informações de um e de outro. Então foi encaminhado aos conselheiros para que apresentem alguns questionamentos e, logo foram encaminhados os questionamentos para que viessem pessoas capazes para respondê-los. Na sequência, Presidente Otávio procede à **apresentação dos questionamentos: 1. O projeto apresentado para a população é diferente do executado ou não foi realmente mandado o projeto original?** Representante Patrícia fala que o Plano de Trabalho que está sendo executado hoje é diferente do apresentado aquele dia, mas a proposta apresentada aquele dia foi rejeitada socialmente, principalmente o primeiro passo que era a implantação do CREAS POP no endereço que tinha sido escolhido, então a partir dessa rejeição, principalmente dos gestores, sendo que o Prefeito ficou receoso, e ainda não temos essa segurança e se tratando de um serviço importante, pelo qual está sendo realizado atendimento, muito bem e com muitos dados, para a pessoa em situação de rua, porque é uma realidade no município, mas não só isso, é a implantação do serviço que está em discussão, que estão refletindo levando em consideração o Plano Municipal. Quanto ao questionamento do motivo pelo qual não foi apresentado aquele projeto, Patrícia explica que não pode apresentar aquele, por não ser o que está sendo trabalhado. Então ela estaria apresentando um projeto para o conselho analisar, que não é mais aquele que está sendo executado e é por esse motivo que a mesma está vindo pela segunda vez para falar desse Plano de Trabalho para Reordenamento do Serviço. Acrescenta que, quando a Gestão do SUAS foi convidada pela primeira vez, não pontuaram qual seria o teor e por esse motivo não trouxe ele impresso. Patrícia esclarece que o motivo pelo qual haviam sido chamados para aquela reunião não havia sido pontuado e ela fala que ficou de enviar o documento e não enviou, e pede desculpas novamente por conta disso. Mas



o Plano de Trabalho que começaram realmente a executar foi esse entregue pela Gestão, porque foi mandado ofício solicitando. E Tiago, como pontuou, veio trazer o relato das experiências vivenciadas dentro da Casa e dados mais atualizados de referência do Plano, do Programa. Patrícia manifesta que acredita que não cabe ao CMDH averiguar a metodologia científica de trabalho, se referindo à justificativa do trabalho, e afirma "porque o nosso Plano de Trabalho está dentro das nossas adequações". Otávio afirma que cabe sim ao CMDH esse questionamento. Conselheira fala que, embora a representante da Gestão do SUAS esteja aqui para dizer que está dando certo, não tem dados que mostrem isso para o conselho. Patrícia fala que estão "reordenando o serviço" e que esse Plano de Trabalho foi pensado para execução e que não pode ter resultados num plano de ação, para o qual conselheira lembra que a mesma acabou de falar que já tem resultados positivos. Patrícia afirma que AGORA sim, tem resultados e que, portanto, se o conselho tivesse pedido o relatório de atividades com os dados da Campanha não dê esmola, do Plano de Trabalho apresentado, daí iriam apresentar os dados atualizados, que foi o que o Tiago trouxe. Patrícia acrescenta que no que diz respeito ao questionamento das tabelas, é o serviço próprio que realiza; que os técnicos do serviço é que construíram as tabelas. E no que diz respeito aos responsáveis por esse Plano de Trabalho que foi feito em dezembro do ano passado, informa que foi feito por ela, Patrícia, e Peterson sob a supervisão da Secretária Christina. Esclarece que é um Plano de Trabalho e não um Projeto de Pesquisa; é um Plano de Ação para ser executado. Acrescenta que já modificou também a proposta de formação, que é também um dos questionamentos. Após colocação do Presidente Otávio referente ao fato de não ter nada concreto, conforme fora solicitado, é iniciada uma discussão. Após, Otávio esclarece que o conselho tem a legitimidade de fiscalizar isso, inclusive de questionar a parte científica, conforme Lei Municipal. Esclarece que foi solicitado o projeto que ensejou a apresentação. 2. Otávio fala que, já que a Sra. Patrícia explicou que o CREAS POP não foi instituído por conta da rejeição da população, quer saber, sobre a veracidade da existência de um TAC junto à Prefeitura, sobre a construção de um Centro POP. Patrícia fala que não tem conhecimento dentro d Secretaria da existência de um TAC para implantação de um CREAS POP, mas para a Casa de Passagem existiam processos administrativos em aberto, com solicitação de informações, que no começo deste ano já foram esclarecidas essas questões. 3. Em todo o material publicado referente ao programa, tem um Centro POP com 80 atendimentos diários, com o qual dá a entender que o Centro POP já existia, para o qual questiona onde está funcionando esse Centro POP e se existe relatório desses atendimentos. Patrícia reitera o motivo pelo qual não foi implantado o CREAS POP e fala que acredita que nesse material não deveria ter sido colocado CREAS POP e sim, os atendimentos realizados pelo Resgate Social. Acrescenta que se tivessem que elaborar um novo material iria constar Serviço Especializado de Abordagem Social, que é o que nós temos hoje e que atende a pessoa em situação de rua, com uma equipe técnica, e a própria Casa de Passagem que desenvolve hoje todas as funções de um CREAS POP, como alimentação, higiene, atividades culturais dentro, internações, encaminhamento para o mercado de trabalho. Patrícia explica que hoje executam as ações do CREAS POP, só não tem a placa. Patrícia informa que por opção de gestão, estão atendendo a população nesses dois serviços, e fala sobre o movimento em Santa Catarina de fechamentos de CREAS POP e que a gestão passada recebia o recurso de cofinanciamento para implantação e não foi implantado, inclusive eles tiveram que devolver recursos ao Governo Federal porque não implantaram. Patrícia fala que tal vez com apoio dos conselhos municipais e a própria deliberação da Conferência tenham mais subsídios para implantar o serviço, se for o caso, pois, informa que Itajaí, Blumenau e Joinville estão com discussão para fechamento também. Explica que frearam a questão da implantação do CREAS POP, atendem a população de acordo com o Plano de Reordenamento que está apresentando para o conselho. Um dos representantes fala que foi uma infeliz colocação do termo Centro POP no material de divulgação. Coordenador Ismael, da Casa de Passagem, informa os dados recentes: no mês de julho foram trezentas e quarenta e cinco pessoas





que passaram e gerou mil trezentos e oitenta e nove abrigamentos na Casa de Passagem, sendo feitas vinte e oito internações e trinta e três passagens cedidas, para outros municípios. De primeiro de janeiro a trinta e um de agosto, passaram duas mil e setenta e seis pessoas diferentes na Casa de Passagem e teve o abrigamento de onze mil oitocentos e noventa e três pessoas, com um total de cento e cinquenta e cinco internações realizadas nesse período e quinhentas e setenta e uma passagens cedidas. No mês de julho foram realizadas quatrocentas e sessenta e uma orientações para pessoas que não quiseram ajuda. Apresenta também os dados dos atendimentos por bairro: quinhentos e cinquenta e sete atendimentos no Centro, cento e trinta e nove no Bairro dos Estados, quarenta e cinco no Bairro das Nações, trinta e cinco no Pioneiros, trinta e quatro no Bairro dos Municípios, quatorze na Vila Real, treze no Bairro São Judas Tadeu, sete na Barra, Ariribá cinco, Nova Esperança três, Jardim Iate Clube um, e Praia dos Amores, Estaleiro, Estaleirinho, Praias Agrestes não teve nenhum atendimento. Logo, conselheiro Claudemir fala a respeito de quando se fala em projeto, plano ou programa a preocupação não é enquanto a como é executado mas sim como se pensa um plano de governo, controle social, pois as gestões têm um tempo para terminar mas, o trabalho depois fica, portanto as vezes políticas nacionais são abandonadas e não pode ser pensado num projeto personalista. Esclarece que quando se fala de projetos que são trocados por uma coisa que fica melhor, a preocupação é a continuidade depois, com a mudança de gestor. No que diz respeito à solicitação de acesso a esses dados, Claudemir esclarece que se deve à função do Conselho de Direitos Humanos que faz o controle social que é a participação dos membros que têm acesso a sua comunidade, visando a questão da transparência. Fala também que a Prefeitura quer fazer programas, mas que depois mudam, por isso há uma preocupação com a implantação de uma política maior e não apenas programas. Logo, José Luiz, Coordenador da Casa de Passagem, morador de Balneário Camboriú, na Vila Real, e conhece a cidade. Relata que conhece outras cidades e que teve oportunidade de ficar trinta dias na Alemanha e de ver uma estrutura para colocar os "moradores de rua" (SIC) mas eles não querem. Informa que ele é Pastor e que trabalha com dependência química há vinte e cinco anos. Formado em Serviço Social e fundou o Lar Betesda. Informa que trabalhar na Casa de Passagem, com morador de rua (SIC), é um desafio enorme, pois não tem como criar uma regra padrão e acredita que se todos trabalharem juntos os resultados serão muito bons. Explica que Balneário Camboriú é diferente de outras cidades e cita como exemplo a cidade de Blumenau em que numa notícia vibraram porque conseguiram abrigar quinze pessoas no final de semana, ou distribuir dez cobertores. Fala nas dimensões de nossa cidade, com uma área de aproximadamente 47 Km<sup>2</sup> (quarenta e sete quilômetros quadrados), uma cidade pequena que cresceu verticalmente, onde é muito fácil encontrar pessoas na rua e pensa que em Balneário Camboriú temos hoje um desafio muito maior que qualquer cidade e acredita que a questão do Centro POP tem que ser muito bem estudada. Reitera que tem um grande desafio, primeiramente de oportunidade para essas pessoas em situação de rua, pois considera que eles são agentes de oportunidades para as pessoas, mesmo que, infelizmente, o que elas vão fazer com essa oportunidade, eles não têm essa responsabilidade mas, afirma que precisam trabalhar bem, juntos, porque esse é o propósito, para que possam dar uma resposta para a população do trabalho, tanto da equipe quanto do conselho. José Luiz fala que infelizmente o sistema nos leva àquilo que o Presidente Otávio falou, com o qual todos nós e a cidade somos prejudicados. Patrícia fala da importância da visão e concorda plenamente com a colocação de Claudemir e acrescenta que a Gestão deve cumprir e atender conforme Legislação e informa que, antes o Resgate Social era um Programa Municipal e agora, passou-se, à partir da proposta da Gestão de Reordenamento, passou a ser o Serviço Especializado de Abordagem Social, previsto dentro do SUAS e esclarece que hoje sim está dentro das legislações. Acrescenta que foram dez anos de Resgate Social, se tratando de dez anos de uma forma de trabalho, e de servidores, por isso a proposta mensal de capacitação, sendo que já passaram por três capacitações. Informa que foram chamados oito agentes sociais, três entraram



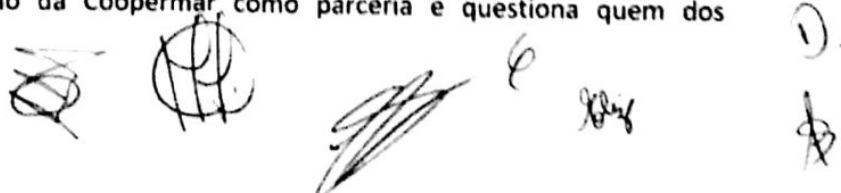
6

12.



1.



no Serviço de Abordagem, três no Lar e dois na Casa de Passagem, (um no CREAS e dois na Abordagem Social), e fala que estão investindo. Explica que anteriormente os dados do serviço do Resgate, por não ser tipificado, por não estar dentro da política de assistência social, na gestão passada, não entrou no Plano Municipal da Assistência, e o único referente à população de rua é a implantação do CREAS POP. Não tem diagnóstico, não tem informações, não tem nada que subsidie isso. Fala que hoje tem muitos dados e a Casa de Passagem utiliza o software da Assistência Social que antes não utilizava, a partir de dezembro. Acrescenta que eles não utilizavam o sistema da Política de Assistência e hoje o serviço está dentro do CREAS. Informa que criaram o protocolo de entrada, protocolo de desligamento e estão constantemente trazendo reflexões e orientações. Patrícia explica que como humanos somos suscetíveis a erros então perfeito não vai ser nunca, mas estão investindo muito no Serviço de População de Rua e acredita que por conta disso está vindo em destaque e que tudo que tem é passível de crítica e que estamos aqui para construir juntos. Logo, Claudemir fala que uma preocupação que tem, no que diz respeito à realização desse trabalho de Centro POP, e à estrutura como ela é, são as perdas de direitos que representam uma ameaça, principalmente às pessoas que estão mais fragilizadas, e no que diz respeito ao número de internações questiona o porquê não se tem hoje um trabalho de redução de risco sem que haja necessidade de internamento. Claudemir afirma que acaba sendo terceirizado e que existe uma lógica de mercado, isto é, um ganho sobre isso. Acrescenta que a internação é feita visando uma solução, mas a preocupação é um projeto de governo, pensando qual é o ponto que falta, que é uma casa, a sua família. E que a preocupação é que não se pensa num projeto como um todo. Logo Claudemir fala da inserção no mercado de trabalho e cita o exemplo de um projeto de uma vereadora de São Paulo em que eles construíram e poderiam permanecer de seis meses a um ano, e essas pessoas vão ser preparadas para o mercado de trabalho, se tratando da questão de possibilidades materiais, e questiona qual o projeto maior que sai desse ciclo. Na continuidade, conselheiro Thomas fala do início da discussão do dia referente ao Programa Não dê Esmola, sendo que o mesmo informou o Presidente Otávio que seria feita a apresentação de um Programa da Prefeitura que iria dar apoio à população de rua, para o qual o Presidente não estava sabendo, mas compareceram. Thomas fala que foi apresentado um programa muito bonito e o conselho não recebeu o Plano Não dê Esmola. Esclarece que não era o diagnóstico da Casa de Passagem nem do seu funcionamento, foi pedido o Plano Não dê Esmola. Thomas fala da sua preocupação decorrente da apresentação de uma campanha massiva como essa, que gastou um montante, de dinheiro público, fazendo a publicidade de um Programa que não estava pronto, que não estava alinhado, porque não houve uma participação da população. Informa que, no dia, fizeram uma lista, inclusive os organizadores do evento, das instituições que os organizadores se comprometeram em chamar para discutir o projeto e o conselho se colocou e disse que queriam participar e foi falado que era uma oportunidade para trabalhar em parceria e o conselho não foi chamado. Thomas fala que aparece a Coopermar como parceria, pois disponibiliza vagas de trabalho para a sociedade, abertos a receber as pessoas de qualquer lugar, que queiram trabalhar na Coopermar. Informa que tem hoje mais de dez pessoas oriundas do Resgate Social, seis que estão morando na usina ou em casas de outros cooperados que abriram as portas dos seus lares para aquelas pessoas que não tiveram condição de permanecerem na Casa de Passagem devido ao tempo, pois podem permanecer por trinta dias. Outrossim informa que o ganho na cooperativa não é salário fixo e sim por produção e ao contratar um funcionário novo, este leva mais que um mês para adquirir experiência suficiente para se manter. Relata que a campanha não dê esmola iria dar apoio à cooperativa e acrescenta que colocaram na mídia "não dê esmola" porque isso vai manter ele na rua, o que ele afirma que é uma mentira. Conselheiros falam que essa é a concepção do Thomas. Ele retoma a palavra e fala que diversas vezes chamaram a Secretaria de Inclusão Social e ficaram muito felizes quando colocaram isso na campanha, se referindo à colocação da Coopermar como parceria e questiona quem dos



presentes fechou parceria com a Coopermar, e se não foi feito, quando pretendem fazer isso, porque a cooperativa hoje está sem água e está recebendo pessoas do Resgate Social que estão trabalhando na cooperativa e questiona onde está esse acordo de parceria e onde estão essas atas de reunião de parceria e como irá funcionar, pois a cooperativa precisa muito da assistência que foi prometida e afirma que, foi gasto dinheiro público para colocar essas informações para a sociedade e não houve um retorno, uma contrapartida da Secretaria de Inclusão Social, inclusive cortou o veículo de transporte que, há mais de dez anos, fornece o transporte para a usina municipal de reciclagem, que é a usina do município que fica longe do centro e que recebe hoje material da coleta seletiva. Explica que é uma parceria muito antiga que a cooperativa de catadores tem e que há mais de dez anos recebe pessoas do Resgate Social e que esperam mais do que publicidade da Secretaria, esperam contrapartidas reais. Thomas afirma que a Secretaria de Inclusão fez um marketing de algo que há muito tempo acontece, e que o Resgate Social hoje tem um nome diferente e está elencado ao Programa Federal mas que deveria ter sido apresentado como um programa que já acontece que agora irá ter uma roupagem nova e não dizer que vão fazer algo novo, e no final não fazem nada de novo e as poucas coisas que prometem que seriam novidade, ficam só no papel. Enquanto às parcerias questiona como vai funcionar. Antes de passar a palavra à representante da Gestão do SUAS, Claudemir solicita que os conselheiros aguardem finalizar e que façam uma pergunta pontual. Patrícia esclarece que estão aqui para atender ao Conselho Municipal dos Direitos Humanos e que não estão enquanto Gestão do SUAS ou Secretaria de Inclusão Social para conversar com a instituição Amigos e Tribos ou com a Coopermar. Diante da interrupção do conselheiro Thomas, Presidente Otávio solicita ordem enquanto à palavra e Patrícia esclarece que não veio para prestar esclarecimentos referentes à relação entre Coopermar e Prefeitura ou entre Coopermar e Secretaria de Inclusão, mas para falar sobre a questão do atendimento à pessoa em situação de rua. Outrossim esclarece que quando se usa o termo parceria com a sociedade civil, como as cooperativas, associações, as ONGs são nossas parceiras porque atuam no município e estabelecer uma parceria com a OAB, com Amigos e Tribos, não significa necessariamente que irão repassar recursos públicos para a instituição, para a instituição pagar a conta de luz ou os gastos que a instituição tem e afirma que podemos ser parceiros porque trabalhamos no mesmo município. Acrescenta que ela valoriza muito o trabalho realizado com as pessoas na Coopermar e considera importante pontuar que, ela não pode responder pela gestão anterior, mas que atualmente não existe um prazo determinado fixo para permanência de uma pessoa na Casa de Passagem, mas que tudo é avaliado e acrescenta que hoje estão seguindo as orientações do Governo Federal. Explica que as pessoas permanecem três dias e após, são avaliadas pela equipe técnica do Serviço de Abordagem Social e é traçado um plano individual de atendimento para cada uma daquelas pessoas, verificando se a questão é de emprego, sendo referenciado o CAPS primeiro, sempre, antes das internações e esclarece que para a pessoa ser aceita na comunidade terapêutica precisa de uma indicação médica, pois trata-se da política da Saúde e por isso é o médico que tem que avaliar se essa pessoa em situação de rua, ou esse usuário dependente químico, está realmente precisando de uma comunidade terapêutica. Patrícia esclarece que são dadas as orientações, indicam e ofertam, mas o CAPS faz esse trabalho articulado para definir essas questões. Acrescenta que cada caso é reavaliado, então a pessoa pode ficar três dias, quinze dias ou até meses e cita um caso de uma pessoa que está há mais de nove meses porque ainda não conseguiu se reestabelecer. Finalmente fala que acredita que a confusão pode ter vindo porque a proposta "não dê esmola, dê oportunidade" é o nome da campanha e explica que logicamente a pessoa não está em situação de rua só por causa da esmola, mas é uma campanha, é marketing mas que existe a situação da dependência, questões de conflitos familiares, tem todo um contexto que é trabalhado em nossos serviços, então esclarece que a proposta que podem apresentar é essa, que é o Plano de Trabalho que é o que estão trabalhando e executando neste momento, e também adequando, pois já passou por



6



(12)

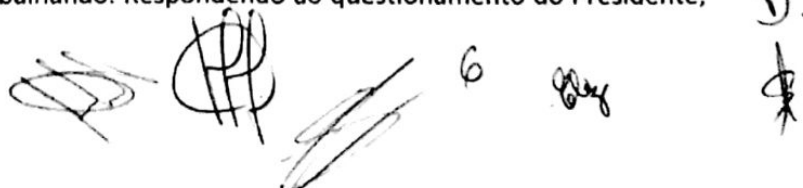
1.





algumas modificações. Thomas tenta novamente falar e Presidente Otávio fala para Thomas que quanto a situação da publicidade é uma coisa preocupante mas dá para se ver no Conselho de Transparência e acrescenta que, realmente vários órgãos da Prefeitura fazem uma publicidade antes de ter o projeto só que esse não é o foco deste conselho. Otávio afirma que se tivessem sido consultados os conselhos municipais, nunca teria um título como esse e sim "Não discrimine, dê oportunidade". Acrescenta que quando são solicitados os projetos desde o início é precisamente para conferir o que foi feito, o que se propunha e o que se vem trabalhando, tudo isso de acordo com o histórico, até para fiscalização. Logo, afirma que aqui tem só o Resgate e no que diz respeito a qual o serviço que é feito entre CREAS, CRAS, CAPS, o que é feito com essa pessoa, é apenas resgatado e dado alimento ou vai para outro município não se fala nada disso. Otávio afirma que no dia da apresentação foi falado sobre diversos serviços que seriam prestados, inclusive outras coisas que não constam em nenhum desses documentos apresentados e informa que irá encaminhar um ofício requerendo que seja enviado o que não foi enviado e agora com prazo de 24 horas, pois já perderam o prazo porque não enviaram o que foi solicitado, pela Lei de Transparência, inclusive será enviado ao Ministério Público que não foi respondido no prazo e que sejam tomadas as providências necessárias. Logo, Otávio apresenta uma pergunta pontual, decorrente da dúvida de diversos conselheiros, por não constar no documento: como está sendo a parceria CRAS/CREAS/SDIS, como está sendo o atendimento na Rede SUAS e a ligação com a rede SUS e os outros equipamentos de Saúde UBS, CAPS e especializadas. No que diz respeito à articulação dos serviços, conselheiro Daniel fala que logo no início da apresentação deste assunto foi dito que não compete a este conselho para o qual discorda pois tudo que diz respeito à pessoa humana diz respeito ao Conselho de Direitos Humanos sim. Patrícia esclarece que não estava sendo falado sobre este assunto, e o que ela disse foi referente ao questionamento referente à metodologia científica de trabalho e não o assunto em si. Enquanto ao projeto e demais documentos solicitados pelo conselho, Daniel considera que, se o Conselho de Direitos Humanos tem legitimidade para auxiliar nesse processo deveriam sim ser disponibilizados, pois acredita que tem muito a acrescentar e que acredita que os conselheiros não foram escolhidos ao acaso e deveriam ser encaminhados para apreciação e sugestões, e sugerir adequação nesses pontos. Fala do atendimento em questão de gênero, onde mulheres são atendidas por mulheres e homens atendidos por homens. Daniel manifesta que, enquanto ao internamento, concorda plenamente com o que foi exposto e considera importante constar no projeto como é feito, isto é a metodologia de trabalho. Cita como exemplo uma pessoa que chega completamente abalada, e precisa constar por quem será atendida, uma Assistente Social, um Psicólogo sendo pontos importantes para constar no projeto e todos devem ter acesso a isso. Daniel fala sobre sua preocupação em relação ao desligamento, pois saindo dali, para onde ela vai, o que é muito relevante. Também fala que deveria ser olhado com outros olhos para a cooperativa que vem auxiliar essas pessoas, enquanto um parceiro estratégico na obtenção de trabalho para essas pessoas em situação de rua, que está sem água, e isso fere os direitos básicos de direitos humanos, todo mundo deve ter acesso a água, direito a saneamento básico, é o princípio da ONU. Conclui dizendo que seu questionamento é referente ao desligamento e se há um atendimento especializado. Conselheira Marisa fala que a preocupação enquanto conselho e enquanto cidadãos, é que temos que olhar a política pública mais do que projeto, e afirma que Patrícia vem dessa trajetória de reconhecer os serviços que são instituídos via política pública então tomamos como princípio sempre essa referência da Legislação e a questão da produção técnica. Fala dessa ideia do que hoje temos assegurado do SUAS, das políticas públicas historicamente construídas, acredita que precisa se firmar. Acrescenta que o que chama atenção é que o primeiro que sai na rua são pessoas segurando faixas com isso e as pessoas recebiam para estar lá, com o qual achou aquilo tão desumano, como uma afronta àquilo que o Sr. José estava dizendo de acolher a pessoa que tem necessidade, então coloca que na sua percepção o que chega é a ideia do programa, a

ideia do personagem primeiro e há um erro gravíssimo de sair uma informação num folder de algo que não existe. Concorde em que há um descompasso entre o serviço e aquilo que se quer pregar e fala que isso não pode ser feito quando estamos lidando com gente em situação de vulnerabilidade porquê dessa forma expomos mais. Sugere acrescentar o número de pessoas pedindo. Logo, reforça cientificamente que "não é esmola" que mantém essa gente na rua, que pode sim ter um ou outro caso raro, mas que de um modo geral não é. Fala que no país, olhando os dados, no ranking de solidariedade, nós somos o último colocado na América Latina. Informa que nós caímos nos últimos anos em termos de solidariedade no ranqueamento mundial. Informa que em 2017, 2018 ocupávamos a septuagésima quinta posição e caímos para a centésima vigésima segunda. Acrescenta que esse tipo de informação reforça isso, a raiva com o outro, a violência, o usuário de droga, e vai na contramão do que estamos falando sobre política pública. Marisa fala que a ideia de receber os documentos é para pontuar claramente isso e ela tem certeza que, os governos passam e que Patrícia, como técnica, também vai fazer o seu ensinamento junto com todo o pessoal da área para que seja defendida uma política pública pois, Balneário é atípico sim, mas também tem uma referência na criação do CREAS, dos CRAS, na questão de políticas públicas. Fala também da Secretaria da Pessoa Idosa, que tem a preocupação com as pessoas que moram aqui. Marisa fala da diferença entre o papel da igreja e o papel do estado. Fala que o Estado assegura o serviço técnico que é humano e solidário. Finaliza dizendo que esse embate que estamos vivendo neste momento poderia ter sido abreviado se antes tivessem feito esse debate mais coletivo, mais solidário. Sr. José Luiz afirma que a esmola é um dos mecanismos que mantém eles na rua, para o qual conselheiros questionam qual é o dado. José Luiz informa que usam a esmola para compra de droga e explica o motivo pelo qual não vai para uma cooperativa como a Coopermar, porque a quantia de aproximadamente trinta reais que vai fazer trabalhando o dia inteiro, ele consegue em uma ou duas horas na rua. É iniciada uma discussão ao surgir o questionamento de conselheiros sobre os dados a esse respeito. Conselheira fala que cada um tem uma opinião diferente, mas que primeiramente deve ser pensado naquele cidadão que está na rua pedindo ou vendendo, trabalhando e fala que ele não está abordando e ameaçando e sim pedindo e esse é um direito dele como cidadão. Acrescenta que se trata de ver o que trouxe para podermos trabalhar juntos. Fala que tem o Plano e tem a Campanha e que devemos ver qual o objetivo, inclusive referente ao equipamento do SUAS o que foi utilizado, ou os programas dentro do SUAS para esse Plano ou Campanha, mas deve ter um só. Conselheira fala que veio um Plano de Trabalho e depois a Campanha. Patrícia esclarece que campanha é marketing que se usa para atrair ou fazer a Resolução e a proposta de trabalho é essa e o objetivo do Plano de Reordenamento é tipificar as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em espaços públicos, não só as pessoas em situação de rua, mas trabalho infantil, exploração de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas, pois não é abordada somente a situação de rua. Patrícia informa que há vários objetivos específicos que estão sendo traçados e que no final do ano terão que apresentar, com certeza, o monitoramento dos objetivos que foram alcançados e acrescenta que conseqüentemente tem que atualizar. Após, Presidente Otávio pergunta se Patrícia conhece o documento encaminhado, o qual tem o seu nome e que foi apresentado como Plano, e teve um outro plano, para o qual Patrícia esclarece que o Plano é o que a Gestão do SUAS mandou, que é o Plano de Trabalho, e o que Tiago trouxe é um Relato. Patrícia informa que foi traçado um Protocolo de Atendimento e que podem disponibilizar esse protocolo e alguns dados atualizados até o momento. No que diz respeito às outras questões reitera que não tem um prazo de desligamento e que a Equipe Técnica do Serviço Especializado de Abordagem Social, que referencia e tem toda uma relação com a Casa de Passagem, é composta por duas Assistentes Sociais, uma Terapeuta Ocupacional, nove Agentes Sociais, um Assistente Administrativo, quatro motoristas e seis servidores que auxiliam nos plantões, além desses que já estão trabalhando. Respondendo ao questionamento do Presidente,

 6



Patrícia esclarece que não coincide com a tabela que ele tem em mãos, pois já foi atualizada e ela vai encaminhar via e-mail. Presidente Otávio fala que em nenhuma das tabelas enviadas consta a função. Patrícia esclarece que primeiro falaram de Serviço de Abordagem Social e depois falaram sobre a Casa de Passagem. Thomas concorda que houve uma rejeição na apresentação deste programa, na intenção de fazer o Centro POP e naquele dia, a equipe organizadora concordou em desenvolver esse projeto junto com a sociedade e que o projeto não foi feito dessa forma, pois foi feito pura e exclusivamente pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social em parceria com a Casa de Passagem e que apresentou esse projeto como toda uma iniciativa e foi rejeitado e dito pela organização e pelo próprio Prefeito que a sociedade iria posteriormente ser chamada para discutir e trabalhar o projeto e construí-lo em unidade. Logo, não foi suspensa a publicidade nem foram chamadas essas pessoas para construírem esse programa. Thomas acrescenta que, no que diz respeito às pessoas em situação de rua e como conselho, não querem esse projeto, então pergunta quando vão ser chamadas as instituições para comporem o grupo de confecção deste projeto, ou se o que a Secretária Christina e o que o Prefeito falaram naquele dia não vale. Em resposta, Patrícia fala que não irá repetir tudo que já falou desde início desta reunião, e pede desculpas, mas não irá falar dez vezes as mesmas coisas pelo fato de Thomas não entender. Patrícia esclarece que não é que a sociedade não quer esse projeto, e o que não querem é a implantação do CREAS POP e pede novamente desculpas, mas não irá responder novamente o que já respondeu. Ela tem que explicar novamente que "Não dê esmola, dê oportunidade" é uma CAMPANHA, com uma proposta que foi apresentada naquele dia e foi redesenhada e reordenada pela atual Equipe Técnica do SUAS e o que foi apresentado é o que foi seguido no decorrer do ano e não irá fazer de novo as mesmas colocações porque temos que avançar. Presidente Otávio esclarece que realmente houve um abaixo assinado referente ao CREAS POP, e acrescenta que o único conselho que foi ouvido foi o Conselho do Turismo e o Conselho de Assistência não participou da formulação desse projeto. Patrícia esclarece novamente que "Não dê esmola" é uma Campanha, para o qual Otávio afirma que o que foi apresentado naquela oportunidade foi como projeto e não como campanha. Otávio explica que no dia da apresentação foi falado sobre as modificações de Resgate Social e Casa de Passagem e também sobre o CREAS POP, e sobre uma reestruturação de tudo isso e na oportunidade ele questionou o nome do programa, como foi apresentado na época, até porque dentre os dados que foram apresentados pela Secretária não batiam com o que dizia no programa. Otávio explica que, para entender o que era que se pretendia no programa, foi solicitado o projeto, para sugerir melhorias, alterações ou readequações, tendo sido ignorada tal solicitação em todos os momentos. Acrescenta que, se foi modificado, deveria ter sido apresentado o novo projeto com a metodologia e a justificativa com fundamentação em pesquisas. Presidente Otávio fala novamente das tabelas que não tem especificação nenhuma, para o qual Patrícia esclarece que consta no texto. Patrícia questiona o objetivo em chamar os representantes aqui, se é para ver no que o conselho pode contribuir com essa proposta ou para ficar acusando que está errado e que foi tudo construído junto com CMAS e que dá a impressão que tudo que ela falou é como se não tivesse falado nada. Patrícia manifesta que está impaciente e que faz duas horas que está repetindo as mesmas coisas e os conselheiros não compreendem e não vão compreender nunca, ela pede desculpas pelo que vai dizer, mas já está há duas horas aqui falando e já está atrasada meia hora para outro compromisso e o que se compromete a enviar é o protocolo de atendimento que criaram e o relatório dos dados atualizados, é o que a Gestão vai encaminhar ao Conselho e se o conselho vai encaminhar que eles não encaminharam alguma coisa referente à Campanha para o Ministério Público, que enviem que eles respondem, pois eles vão perguntar e eles vão responder que o Plano atual de vigência é esse que foi apresentado e que é o primeiro projeto que faz dentro da Gestão do SUAS e que deve ter muito erro mas que ela enviou ao CMAS para não ter nenhum tipo de dúvida, ela afirma que vai falar e logo não irá responder mais nenhum outro ponto, e pede desculpas, ela diz que se



compromete a enviar ao CMDH o Protocolo de Atendimento à pessoa em situação de rua, para ciência dos conselheiros e para fiscalizar se isso está sendo feito ou não por meio da comunidade, e o Relatório de dados atualizado, com base das suas fontes de pesquisa e vai verificar se na primeira pergunta consta o motivo pelo qual estão na rua e se não é feita essa pergunta, ela irá incluir dentro do instrumento e vai pedir para os técnicos da Casa de Passagem para começarem a tabular esses dados para entregar ao conselho no final do ano. Logo Eliz fala, em qualidade de Psicóloga que conhece as políticas públicas, que seria interessante colocar qual a função do CRAS e do CREAS. Fala também, que conforme a Política Nacional de Assistência Social, e conforme a legislação aqui trata-se de Alta Complexidade, e precisa ficar claro no planejamento que não tem CREAS POP e o que está sendo trabalhado no CREAS, pois o Plano de Trabalho põe mais ênfase na Casa de Passagem e não fica claro o trabalho no CREAS e esclarece que as fontes não podem ser da Prefeitura e precisam ser de fora da Prefeitura, inclusive de outras fontes científicas ou de outros municípios que apontam a essa fragilidade. Patrícia explica que o Serviço Especializado de Abordagem Social está dentro do CREAS e pode ser esclarecido para o conselho, mais detalhado, mas não desmerecer que não foi feito e que não foi apresentado. Pode ser refeito, melhorado, com certeza absoluta e que todas as críticas nesse sentido são construtivas, que é para construir. Finalmente Patrícia informa que deve se retirar para cumprir com outro compromisso e se coloca à disposição, solicitando que verifiquem previamente da possibilidade de comparecimento na data proposta, mas esclarece que não para falar novamente o mesmo assunto. Otávio solicita então encaminhamento do relatório do jeito que está atualmente, incluindo todos os pedidos que a conselheira Eliz fez, inclusive com o levantamento do histórico das alterações que foram feitas, com os dados correspondentes, para que o conselho possa ter esse acompanhamento ou comparativo. Sugere finalmente "não tenha preconceito, dê oportunidade". Patrícia pergunta se o conselho prefere que encaminhe agora o Protocolo de Atendimento e os dados atuais, ou só no final do ano o Histórico com as modificações e tudo atualizado, para o qual é solicitado agora só encaminhamento do Protocolo de atendimento e o Relatório dos dados atualizados. Conselheira Marisa esclarece que o objetivo desta reunião é para fazer em conjunto. Daniel fala que o objetivo do conselho não é atrapalhar o serviço público e sim contribuir com o mesmo. Nada mais havendo a tratar, é dada por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

